



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 2859 ENT.: 2866 PROC. N.º:	20/05/2013

ASSUNTO: RESPOSTA A PERGUNTA N.º 1869/XII/2.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 974/2013, datado de 20 de maio de 2013, do Gabinete da Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



Gabinete da Secretária de Estado
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Entrada n.º 2866
Data: 20-05-2013

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete da Secretária de Estado dos
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

N.º:
ENT.:
PROC. N.º:

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 1869/XII/2ª, de 19 de abril de 2013 - Baixo Vouga Lagunar;

Em resposta à Pergunta n.º 1869/XII/2ª, 19 de abril de 2013, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) de informar V. Exa. do seguinte:

Tendo em conta que a invasão dos campos agrícolas do Baixo Vouga pela água salgada é um problema recorrente, o MAMAOT frisa que o mesmo só pode ser definitivamente resolvido com a conclusão do Sistema Primário de Defesa e Drenagem do Baixo Vouga Lagunar (SPDDBVL).

Entre 1995 e 1999 foi construído o designado troço médio do dique de defesa contra marés, com uma extensão de cerca de 4 km, o qual inclui as comportas do esteiro de Barbosa. Refira-se que ficaram por construir 3 troços desta obra de defesa numa extensão de 9,5 km, decorrentes da queixa interposta pela FAPAS e GEOTA contra o Estado Português em 1995, alegando que a construção do dique fazia parte de um plano da agricultura para drenar a área e impedir a circulação da água salgada/salobra, destruindo uma zona húmida de importância fundamental.

Somente em abril de 2003 foi arquivada a queixa referida, tendo-se aprovado um novo Estudo de Impacte Ambiental elaborado para a globalidade das intervenções preconizadas no Baixo Vouga Lagunar. Apesar de se ter prontamente retomado o processo com o concurso internacional para a elaboração dos projetos hidráulicos, até ao momento não existiram condições de financiamento para retomar o projeto de construção dos outros troços do sistema de defesa. Uma vez que o anterior Executivo não considerou a resolução deste problema como uma prioridade ficou, consequentemente, afastada uma intervenção no local ao abrigo do atual quadro financeiro comunitário.

Não obstante, o MAMAOT, ciente da importância do Baixo Vouga Lagunar tem vindo, por isso, a reafirmar que está a trabalhar para que a concretização do projeto seja possível no âmbito do próximo ciclo de financiamento comunitário 2014-2020, indo ao encontro das Resoluções aprovadas na Assembleia da República.

Note-se ainda que os diques existentes na zona, com exceção do dito troço médio que não sofreu qualquer rombo com as recentes intempéries, têm sido alvo de melhoramentos por parte dos agentes locais, enquanto não é executado o SPDDBVL. É nesse âmbito que Estado está a estudar a possibilidade de haver candidaturas por parte dos agentes locais a fundos, sempre dentro de critérios de elegibilidade que estão a ser estudados, com vista a poderem ser recuperados os diques afetados.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

José Pedro Martins